

ANÁLISE DE CONTEÚDO, ANÁLISE DE DISCURSO: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

CONTENT ANALYSIS, DISCOURSE ANALYSIS: THEORETICAL-METHODOLOGICAL QUESTIONS

Elisabete Matallo Marchesini de PÁDUA¹

RESUMO

Neste artigo apresento uma caracterização das expressões **análise de conteúdo** e **análise de discurso**, buscando apontar as possíveis origens dos equívocos na utilização destas expressões como sinônimas ou equivalentes, no sentido de contribuir para uma revisão crítica da literatura de pesquisa no campo educacional.

Palavras-chave: Pesquisa Educacional, Metodologia, Análise de Conteúdo, Análise de Discurso.

ABSTRACT

*In this article I discuss the meaning of the expressions **content analysis** and **discourse analysis**, trying to show the possible origins of the misunderstanding on the usage of both expressions as synonymous and to contribute for a critical review of the literature on research applied to the educational area.*

Key words: Educational Research, Methodology, Content Analysis, Discourse Analysis.

Introdução

Há sempre um pressuposto da filosofia da linguagem que muitas vezes desconhecemos, mas que é determinante: na

⁽¹⁾ Filósofa, pesquisadora e professora da Universidade Salesiana – UNISAL.



Artigos

gramática transformacional, temos o racionalismo (Descartes); atrás de Saussure, Kant e Aristóteles; atrás da análise de discurso, ou o materialismo histórico ou Foucault e, mais recentemente, a filosofia da diferença (Deleuze)

Eni P. Orlandi

As imprecisões que encontramos hoje no uso das expressões **análise de discurso** e **análise de conteúdo** têm origem nas diferentes definições atribuídas pelos lingüistas ao termo “discurso”, que, por sua vez, advêm de diferentes concepções da linguagem e da quase ausência de uma definição metodológica, quando se refere à sua aplicação prática no âmbito da pesquisa qualitativa.

Buscando fundamentar teoricamente a metodologia da pesquisa a ser desenvolvida em minha tese de doutorado, deparei-me com muitos textos sobre a temática, cujo estudo se constituiu um desafio a ser enfrentado, em função das diferentes matrizes epistemológicas que os orientam e marcam suas diferenças e/ou aproximações.

Neste artigo, apresento uma análise de parte do material que coletei sobre o assunto em questão, aquela parte que considere mais significativa para os objetivos da minha pesquisa, sem pretender esgotar este tema tão complexo, mas sim apontar possíveis origens dos equívocos na utilização das expressões **análise de conteúdo** e **análise de discurso** como sinônimos e/ou equivalentes, visando contribuir para uma revisão crítica da literatura de pesquisa no campo educacional.

Análise de Conteúdo

Nos textos pesquisados, *duas concepções de discurso* chamam a atenção, pela possibilidade

de aproximá-las com as concepções da **análise de conteúdo**.

A primeira entende o *discurso* como *sinônimo de fala*: esta é uma concepção muito próxima de Saussure, em sua dicotomia *langue/parole*, onde a língua é considerada um sistema abstrato passível de ser estudado, analisado, sistematizado e a “*parole*” é tida como impossível de ser estudada, dada sua variabilidade e assistemática. A língua é, portanto, considerada como “objeto de descrição”, “coisa”, em sua unicidade, sem vínculo com a história.

A segunda decorre da compreensão de *discurso* como um conjunto de textos escritos e produções orais numa determinada área do conhecimento científico e no âmbito das comunicações: esta abordagem se baseia no *conteúdo da mensagem*, o que reduz o discurso a uma situação de comunicação, com o objetivo de classificá-lo: discurso de divulgação científica, semi-divulgação, oficial, pedagógico, literário, etc.²

Estas duas concepções de discurso fundamentam o que se tem conhecido como **análise de conteúdo**, marcada pela ênfase nas técnicas que possam viabilizar a análise do *discurso* em diferentes áreas do conhecimento. Na perspectiva da metodologia da pesquisa, é também a vertente mais presente.

Um autor que parece figurar como referência primeira entre os textos de metodologia pesquisados é B. Berelson (1952), citado como fonte no clássico de Goode e Hatt (1972), *Métodos em Pesquisa Social*. Esse texto de Goode e Hatt foi a grande referência para as técnicas de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais nas décadas 60 e 70, que acabou por influenciar outros autores da área de metodologia da pesquisa, até recentemente.

Goode e Hatt abordam a análise de conteúdo no contexto da análise qualitativa dos

⁽²⁾ CORACINI, Maria José R. F. **Análise de Discurso**: em busca de uma metodologia. DELTA, vol. 7, n. 1, 1991, 333-335.

dados da pesquisa, ou seja “quando se aplica o código qualitativo ao conteúdo dos vários meios de comunicação como revistas, jornais, programas de rádio ou materiais semelhantes, ele é denominado análise de conteúdo” (p. 400).

Pode-se observar que estes autores não se preocupam com o campo substantivo de análise da comunicação, mas dão ênfase a uma técnica capaz de “explorar” os dados coletados:

É claro que existem várias unidades de comunicação de conteúdo que podem ser usadas para amostragem e análise desde unidades pequenas, como as palavras ou símbolos, até debates diários ou volumes. Existem também vários meios de organizar o material: contando símbolos, analisando itens, analisando o tema, em termos da estrutura das idéias e fatos apresentados ou mesmo (em material de propaganda) em termos da campanha (p. 420).

Fica clara a intenção de se trabalhar com categorias bem definidas, num primeiro momento visando uma classificação, quantificação, ou codificação padronizada, para posterior análise qualitativa.

A partir desta base lançada por Goode e Hatt e Berelson, Antonio Carlos Gil (1990) define a **análise de conteúdo** como: “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto das comunicações” (p. 163).

Gil propõe uma metodologia para a análise de conteúdo, a ser desenvolvida em três fases:

1ª fase:

Pré-análise

- Fase de organização do material, o primeiro contato com os documentos;
- Escolha dos documentos;
- Formulação da(s) hipótese(s).

2ª fase:

Exploração do Material

- Envolve tarefas de codificação: escolha – das unidades de análise e da enumeração das categorias

3ª fase:

Tratamento dos Dados Interpretação

- Envolve os procedimentos estatísticos;
- Generalização ou não dos dados (resultados)

Já Romeu Gomes (1994), com base em Bardin (*L'Analyse de Contenu*, 1977), apresenta praticamente a mesma metodologia proposta por Gil, porém coloca que:

atualmente podemos destacar duas funções na aplicação da técnica. Uma se refere à verificação de hipóteses ou questões... a outra função diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado. As duas funções podem, na prática se completar e podem ser aplicadas a partir de princípios da pesquisa quantitativa ou da qualitativa. (p. 74)

Neste caso, Gomes (1994) amplia o campo da análise de conteúdo, incluindo aspectos ideológicos, o que pode ser verificado quando cita exemplos para a utilização da técnica:

Analisar obras de um romancista para identificar seu estilo e/ou para descrever a sua personalidade: analisar depoimentos de telespectadores que assistem a uma determinada emissora ou de leitores de um determinado jornal para determinar os efeitos dos meios e comunicação de massa; analisar textos de livros didáticos para o desmascaramento de ideologia subjacente; analisar depoimentos de representantes de um grupo social no sentido de levantar o universo vocabular desse grupo (p. 75).

Nota-se aqui que Gomes já introduz a análise visando ao “desmascaramento da

ideologia subjacente”, que seria uma característica da **análise de discurso**, porém não faz diferença com a análise de conteúdo.

Apartir das funções na aplicação da técnica, Gomes propõe uma análise mais complexa do material de pesquisa, através das *unidades de registro* e das *unidades de contexto*.

1) Unidades de Registro – se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem; esta decomposição pode ser por palavra, frase, tema, personagem, ou seja, destacam-se os indicadores a serem usados na codificação e se elaboram as categorias de análise.

2) Unidades de Contexto – são as referências mais amplas das quais fazem parte a mensagem.

Mesmo considerando as unidades de **registro** e de **contexto**, Gomes (1994) tece uma crítica à técnica quando diz que: “*entende essa análise como técnica de interpretação de textos, com pouca articulação com os contextos das mensagens veiculadas*” (p. 76).

Ainda com base em Berelson, Marina A. Marconi e Eva M. Lakatos (1990) falam da **análise de conteúdo** no “ramo da comunicação”, no sentido de:

testar hipóteses sobre o conteúdo das publicações, sobre o tratamento de grupos minoritários, sobre técnicas de propaganda, mudanças de atitudes, alterações culturais, apelos de líderes políticos aos seus simpatizantes etc (p. 115).

Nesta perspectiva, Marconi e Lakatos (1990) ampliam o campo da análise, incluindo o conteúdo de textos, **discursos**, diários, películas cinematográficas, propaganda de rádio e TV e outros.

Enquanto técnica, as autoras propõem três fases principais de sua aplicação:

1ª fase: Estabelecimento da **unidade de análise**³ padronizada, como elemento básico da investigação, que pode ser:

- Análise igual de todos os termos ou vocábulos e/ou análise de palavras-chave, frases, parágrafos, artigos, temas, tipos, etc.
- análise do tema, ou seja, de uma proposição afirmativa ou sentença sobre determinado assunto.

2ª fase: Determinar as categorias de análise: não há uma “regra geral” para o estabelecimento das categorias, vai depender das características de cada pesquisa.

3ª fase: Selecionar, quando conveniente e/ou necessário, uma amostra do material de análise (amostra de fontes, amostra de dados, amostra de unidades, etc).

Outro autor pesquisado neste levantamento bibliográfico foi Augusto N. S. Triviños, em *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação* (1987). Segundo Triviños: “*A análise de conteúdo é um método (grifo nosso) que pode ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa*”... (p.158)

Tomando como referência L. Bardin, mesmo autor citado por Gomes (1994), Triviños (1987, p. 161) propõe as seguintes “*etapas no processo de uso da análise de conteúdo*”:

⁽³⁾ Por sua vez, a expressão **Unidade de análise** pode gerar outra interpretação, quando tomada fora do contexto da análise de conteúdo. Alves-Mazzotti se refere à unidade análise como a “forma pela qual organizamos os dados para efeito de análise. Para definir a unidade de análise é preciso decidir se o que interessa primordialmente é uma organização, um grupo, diferentes sub-grupos em uma comunidade de determinados indivíduos”. Aqui, a compreensão de unidade de análise se aproxima mais da metodologia de estudo de caso. Ver A. J. Alves-Mazzotti in *O Método nas Ciências Naturais e Sociais*, capítulo 7.

1ª etapa	- a pré análise	- definição do material (questionário, entrevista, observação, etc.)
2ª etapa	- a descrição analítica	- estudo aprofundado do material, orientado pelas hipóteses e referencial teórico – codificação, classificação e categorização do material
3ª etapa	- a interpretação referencial	- fase onde, além do conteúdo manifesto dos documentos, deve-se aprofundar a análise do conteúdo latente .

Sobre esta última etapa, que se refere à análise do **conteúdo manifesto** e do **conteúdo latente**, diz Triviños:

O primeiro pode orientar para conclusões apoiadas em dados quantitativos, numa visão estática e ao nível, no melhor dos casos, de simples denúncia de realidades negativas para o indivíduo e a sociedade; o segundo abre perspectivas, sem excluir a informação estatística, muitas vezes, para descobrir ideologias, tendências, etc., das características dos fenômenos sociais que se analisam e, ao contrário da análise apenas do conteúdo manifesto, é dinâmico, estrutural e histórico.

Entendemos que nesta perspectiva, o autor, introduzindo os conceitos de conteúdo manifesto e conteúdo latente, quer ultrapassar a compreensão da análise de conteúdo apenas como registro ou constatação de dada realidade, o que possibilitaria desvelar a complexa rede de relações que envolve a realidade histórico-social.⁴ No entanto, continua usando a terminologia característica da vertente clássica, mesmo quando afirma que: “o método da análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade como o é, por exemplo, o método dialético”.

Chama a atenção aqui a terminologia empregada por Triviños, quando se refere à análise

de conteúdo como um *método*, enquanto os outros autores citados a consideram uma *técnica*, ou seja, um recurso para análise e interpretação dos dados coletados no processo de pesquisa. Este é mais um ponto polêmico no estudo desta questão.

O exemplo a seguir, do clássico de Goode e Hatt (1972, p.419) pode ilustrar como a análise de conteúdo pode ser aplicada:

Comentando o exemplo, os autores registram que: “A regra existente parece ser a de que o personagem recebe melhor tratamento quanto mais próximo está da norma de norte-americano, isto é, branco, protestante que fala inglês, anglo-saxão”.

Os autores ainda destacam que:

desenvolvendo um plano de amostra adequado e um grupo claro de códigos, é possível demonstrar uma série de fatores sobre a ficção popular que **não dependem da personalidade do pesquisador** ou por **qualquer cientista social treinado** (p. 417) (grifos nossos).

Isso ilustra a preocupação com a “neutralidade” do pesquisador e a neutralização da ideologia pelo “treinamento”.

No exemplo, a categoria “Os outros (judeus, italianos, negros, etc)”, que suscitaria um número grande de questões se o contexto mais amplo fosse analisado, fica *registrada como um dado*, e só.

⁴) Nota-se nos exemplos dados por Triviños (p.166) a preocupação de **classificar** o conteúdo do material, mas também a de referenciá-lo às abordagens teórico-filosóficas que poderiam estar latentes, objetivando desvelar sua presença no material coletado.

Análise de Conteúdo de Grupos Étnicos na Corrente Literatura Norte-Americana

	Os norte-americanos, por cento	Os anglo-saxônicos e nórdicos, por cento	Os outros*, por cento
Principais personagens	52	38	52
Personagens aceitos	80	78	80
Níveis sócio-econômicos mais altos	39	24	39
Melhores ocupações	59	29	59
Objetivos "sentimentais" (isto é: idealista, amor, família, poder, etc)	69	61	69

(*) Os outros (judeus, italianos, negros, etc)

O que se pode notar é que em todos estes autores, há uma preocupação com a *técnica a ser aplicada*, como se a aplicação correta da técnica, em si, garantisse a qualidade da pesquisa. As técnicas podem, aqui, identificar as marcas, os traços do discurso, na busca de **regularidades** que expliquem o todo ou possam fornecer elementos para uma comparação texto a texto.

Embora tenha sido mencionada a importância do contexto mais amplo e da ideologia (Gomes, 1994), o que transparece é a preocupação com a suposta isenção do pesquisador garantida pelo uso correto da técnica e de sua, também suposta, neutralidade intrínseca.

Quanto aos conceitos de conteúdo manifesto (citado por Gil e Triviños) e conteúdo latente (citado somente por Triviños), a perspectiva de análise se mostra diferenciada da escola francesa de **análise de discurso**, que será abordada a seguir.

Cabe registrar, ainda, que, entre as unidades de análise de conteúdo – textos, diários, propagandas, filmes, etc – está o **discurso** e esta parece ser a origem do emprego indiferenciado das expressões análise de

conteúdo e análise de discurso como se fossem equivalentes, o que não são, como se poderá verificar a partir do item seguinte.

Análise de Discurso

Oficialmente a expressão **análise de discurso** é a transposição em francês dos termos "discourse-analysis", método elaborado pelo norte-americano Z. Harris.

No entanto, o precursor da **análise de discurso**, na perspectiva que abordaremos, é Mikhail Bakhtin, lingüista russo, que publica, em 1929, *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1990), onde trata, de forma pioneira, as relações entre linguagem, sociedade e ideologia.

Na França, a **análise de discurso** aparece como a *materialização de uma certa configuração do saber*, que tem seu desenvolvimento na década de 60, em três grandes centros de pesquisa:⁵

1. O Departamento de Lingüística da Universidade de Paris X-Nanterre, dirigido por Jean Dubois;
2. O Centro de Leximetria Política da Escola Normal Superior de Saint Cloud;

⁵⁾ MAINGUENEAU, D. Análise de discurso: a questão dos fundamentos. *Cad. Est. Linguagem*. Campinas, (19): jul/set. 1990, 64-74.

⁶⁾ CORACINI, Maria José R. F., idem op.cit.

3. O Laboratório de Psicologia Social de Paris VII, associado ao CNRS, especialmente com Michel Pêcheux, que publica “*Análise Automática de Discurso*”.

De modo geral, a **análise de discurso** aparece como uma tentativa de superar limites da lingüística tradicional, que interpreta um texto a partir do esclarecimento da intenção que presidiu sua enunciação: quem é o autor? a quem se endereça? com que finalidade? em que circunstância? que alterações revelam o documento?

Para Maingueneau (1990):

Nesse sentido, a escola francesa encontrou um meio de **abordar problemas de significação pulando por sobre os problemas de forma** tal como eles podem se colocar de um ponto de vista estritamente lingüístico e lógico (p.68) (grifos nossos).

Por ter este enraizamento nos centros de pesquisa citados, freqüentemente encontramos referências a J. Lacan (1901-1981) e L. Althusser (1918-1990), como os autores que mais se destacaram por definir os procedimentos da **análise de discurso**, o primeiro a partir do referencial teórico da psicanálise, o segundo, discutindo a questão da ideologia, no contexto teórico-metodológico do marxismo.

No entanto, isso não significa que a **análise de discurso** se reduza ao estruturalismo de Althusser, que é também uma interpretação. Ainda citando Maingueneau (1990):

o próprio fato de que a análise de discurso tenha sobrevivido ao apagamento da conjuntura que a tornou possível, o fato de que ela tenha podido tocar públicos estranhos ao marxismo e à psicanálise parece indicar que isto que tomamos por longo tempo como uma ortodoxia talvez não o seja (p.70).

Visando o conhecimento do processo de produção da linguagem, o quadro epistemológico da **análise de discurso** procura articular três regiões do conhecimento científico:

- a) *materialismo histórico*, como teoria das formações sociais e suas transformações;
- b) A *lingüística*, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- c) A *teoria do discurso* como teoria da determinação histórica dos processos semânticos;

Nesta perspectiva, a linguagem pode ser compreendida como atividade, como processo de produção do sentido, numa dada formação sócio-discursiva, em dadas condições histórico-político-sociais, isto é, deixa de ser, como na lingüística tradicional, mero instrumento de comunicação que o sujeito pode utilizar para suas necessidades. Ao contrário, na perspectiva francesa da análise de discurso, o sujeito é um ser marcado sócio-historicamente, pertencendo a uma dada formação discursiva que, por sua vez, decorre de uma formação ideológica. Como afirmam Orlandi e Guimarães (1988):

de acordo com a análise de discurso o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas tiram seu sentido destas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (p.21).

Por levar em conta as formações ideológicas, a possibilidade de análise de discurso é decorrência do entendimento do discurso como parte de um contexto maior, dinâmico, ou seja, como parte da formação social onde o(s) sujeito(s) que o profere(m) se encontra(m) inserido(s).

Quando se fala em operacionalização, no contexto da pesquisa, a unidade de análise é o texto, definido como unidade complexa de significação, uma vez que se consideram as condições de sua produção e o contexto mais amplo da formação social:

a noção de texto, enquanto unidade da análise de discurso, requer que se ultrapasse a noção de informação, assim como coloca a necessidade de se ir além do nível segmental. O texto não é a soma de frases e não é fechado em si mesmo.⁶

Por não ser fechado em si mesmo, o todo em que se constitui o texto é de natureza incompleta, permite uma multiplicidade de sentidos possíveis, é o resultado de um processo de construção do sentido.

Este processo de construção do sentido compreende:

- a) as relações entre os enunciadores (produtores do sentido, incluindo-se aqui o leitor); e
- b) as relações entre texto produzido e condições de produção, dentre as quais figura a comunidade interpretativa que assegura a existência de regularidades.

Na análise, ao se passar para o texto como unidade de discurso, a relação das partes com o todo é estabelecida através de *recortes*, as *unidades discursivas*: “como os recortes são feitos pela (e na) situação de interlocução, compreendem também um contexto mais amplo, que é o da ideologia”.⁷

O contexto exterior mais amplo pode posteriormente permitir, se for o caso, a busca de regularidades; a metodologia vai, então, se deslocar da idéia tradicional de *função* para a de *funcionamento*, que permite compreender o contexto mais amplo (formação social), introduzindo o conceito de *tipo*.

Este conceito permite que se generalizem certas características, se agrupem certas propriedades e se distingam classes. É um *princípio organizadorequivalente ao de categoria*; ainda conforme Orlandi (1994):

Cada tipo estabelece a relevância de certos fatores (e não outros) para as condições de significação do texto, isto é, a tipologia opera um recorte que distingue o que no contexto de situação deve ser levado em conta na constituição do sentido.⁸

A **análise de discurso** considera a impossibilidade de se encontrar “tipos puros” na análise; neste sentido, a tarefa do pesquisador é distinguir “modelos” de discurso, articulando-os com as condições de produção, a partir da tipologia construída, que identifica três tipos básicos de discurso:

- autoritário: que procura impor um só sentido – ordem (polissemia contida);
- polêmico: usa de argumentos – equilíbrio tenso entre o sentido único e a possibilidade de sentidos diferentes (próprio de uma sociedade crítica (polissemia controlada);
- lúdico: tende para a multiplicidade de sentidos (polissemia aberta).

Considerando esta tipologia como referência, Orlandi observa que: “*em nossa forma de sociedade atual, o discurso autoritário é dominante, o polêmico é possível e o lúdico é ruptura*”.⁹

A partir desta tipologia, se estabelece como critério para análise a identificação de *traços/marcas*, e *propriedades* do discurso.

Os *traços/marcas* são os responsáveis pelas diferentes *formas de funcionamento* dos discursos.

A *propriedade* leva em conta o discurso como um todo em relação à exterioridade, ou seja, ao contexto mais amplo (formação social).

Um exemplo, ainda de Orlandi (1988), ilustra uma análise a partir desta tipologia:

⁽⁷⁾ ORLANDI, Eni e GUIMARÃES, P. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito, 21.

⁽⁸⁾ Ibidem, 22.

⁽⁹⁾ Ibidem, 22.

Marcas do discurso religioso	a) gramaticais: negação, imperativo. b) textuais: antítese, parábola, metáfora.
Propriedades do discurso religioso:	a) assimetria entre os planos espiritual e temporal. b) não reversibilidade entre os planos. c) ilusão de reversibilidade.

Se retornarmos ao exemplo de **análise de conteúdo** anteriormente citado (Goode e Hatt, 1972), ficam claras suas diferenças em relação à **análise de discurso**, que são decorrentes de pontos de partida diferentes de análise.

Ambas buscam construir uma tipologia que possa, na prática, “instrumentalizar” a análise; no entanto, a compreensão de linguagem em cada uma é específica. A **análise de conteúdo**, na maioria dos textos analisados, toma a linguagem como transparente, em correspondência imediata com o real, como instrumento de comunicação (suporte do pensamento). Sua ênfase é na codificação/decodificação, geralmente partindo de dados quantitativos, nem sempre propondo uma análise qualitativa do material coletado.

Já a **análise de discurso** parte do processo de constituição histórico-social e ideológica da linguagem, isto é, do(s) sujeito(s), do processo de produção do discurso e das condições em que é produzido. Nesta perspectiva, a análise busca captar conflitos, relações de poder, constituição de identidade, etc. Sua ênfase é no processo de construção/desconstrução do discurso, buscando seu *sentido* (e não meramente o seu desvelamento) no contexto mais amplo de uma dada realidade histórico-social.

Conclusão

Este estudo mostrou que as questões que envolvem a análise de discurso são bastante complexas, de ordem epistemológica e não se constituem, simplesmente, como um conjunto de técnicas a serem aplicadas para a decodificação do discurso.

A perspectiva da equivalência entre as expressões **análise de conteúdo** e **análise de discurso** se mostrou equivocada, por isso concluo que estas expressões não podem ser usadas indiscriminadamente, como se fossem equivalentes; no entanto, a perspectiva da **análise do conteúdo** é a vertente mais presente nos textos específicos de Metodologia da Pesquisa consultados nesta revisão bibliográfica.

Constato ainda a necessidade de estabelecermos uma revisão contínua e crítica da literatura de metodologia da pesquisa, no sentido do aprofundamento constante no estudo dos fundamentos teórico-filosóficos que orientam as técnicas de pesquisa no campo educacional.

Referências Bibliográficas

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 5.ed., São Paulo: Hucitec, 1990.
- CORACINI, Maria José R.F. Análise de Discurso: em busca de uma metodologia. **Delta**, vol. 7, nº 1, 1991, p.333-335.
- FIORIN, José Luiz. Reflexões sobre a Linguagem. In: **Ensino de Filosofia** (coletânea). São Paulo: Sofia Editora SEAF, 1986, p.215-236.
- JAPIASSU, H. e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**, Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**, 4.ed., São Paulo: Atlas, 1990.

GOMES, Romeu. Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa in **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. (Org.) Maria Cecília de Souza Minayo. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994, p.67-80.

GOODE, W.J. e HATT, P.K. **Métodos em Pesquisa Social**. 4.ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1972.

MAINGUENEAU, D. Análise de Discurso: a questão dos fundamentos. **Cadernos de Estudos de Linguagem**. Campinas, SP: (19): jul/set. 1990, p.64-74.

MARCONI, M de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 2.ed., São Paulo: Atlas, 1990.

ORLANDI, Eni P. Discurso Imaginário Social e Conhecimento. **Em Aberto**, Brasília (14) 61, jan/mar, 1994, p.53-59.

_____. **Discurso e Leitura**, São Paulo: Cortez, 1988.

ORLANDI, Eni GUIMARÃES, Eduardo. Unidade e Dispersão: uma questão do texto e do sujeito. **Cadernos PUC**. São Paulo: Educ, n. 31, 1988.

PÁDUA, E. M. M. de **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

PÁDUA, E. M. M. de e POZZEBON, P. M. O estudo de caso: aspectos pedagógicos e metodológicos. **Revista de Ciências Médicas**. Campinas: PUCCAMP, v. 5, n. 2, mai/ago./1996, p.76-82.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.